

**TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DE MEDIDA
COMPENSATÓRIA**

Ao décimo terceiro dia do mês de novembro de 2018, nesta Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, situado na Avenida João Alves do Nascimento, nº 1228, presentes o Sr. CAIO MARCOS VELOSO, Secretário Municipal de Meio Ambiente, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, e o JARDINS MÔNACO PATROCÍNIO EMPREENDIMENTO SPE LTDA, CNPJ: 21.385.512/002-74, doravante denominado COMPROMITENTE, no intuito de firmarem o presente TERMO DE COMPROMISSO.

A Secretária Municipal de Meio Ambiente – SEMMA no uso de suas atribuições, com fulcro no art. 23, VI e VII da Constituição Federal, art. 9º, XV, “b” da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO o caput do art. 255 da Constituição Federal de 1988 que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, a Lei Estadual nº 20.922 de 16 de outubro de 2013 e a Lei Complementar 140 de 08 de dezembro de 2011;

CONSIDERANDO que, mediante o exposto, resta à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, propor medida compensatória pertinente, que poderá se dar nos termos da DN CODEMA nº 16, de 22 de agosto de 2017;

CONSIDERANDO que no uso de suas atribuições administrativas a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA optou por atribuir à COMPROMITENTE, a medida compensatória estabelecida no âmbito das disposições entabuladas na supramencionada Deliberação Normativa;

CONSIDERANDO que a escolha da medida compensatória se deu por meio do poder discricionário, que concede à Administração, na figura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos a liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo, dentro dos limites permitidos em lei, e;

CONSIDERANDO que a supressão supramencionada gerou compensação ambiental no valor de R\$ 3.954,39 (três mil novecentos e cinquenta e quatro

reais e trinta e nove centavos), a serem compensados ambientalmente conforme CLÁUSULA 1ª deste termo.

CONSIDERANDO a disposição do COMPROMITENTE em aceitar, desde logo, o cumprimento dos dispositivos legais aludidos, resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DE MEDIDA COMPENSATÓRIA, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1ª. O COMPROMITENTE obriga-se a providenciar:

1. Levando-se em consideração o ganho ambiental, a compensação relativa às supressões para passagem dos dois lançamentos de água pluvial do Loteamento Jardins Mônaco dentro da área da ETE deverá ser realizada através de plantio em área da Estação de Tratamento de Esgoto, em local previamente demarcado pela administração da ETE Rangel, num total de, no mínimo, **133 mudas de árvores de espécies exclusivamente nativas**, mediante elaboração de Projeto Técnico de Reconstituição de Flora, PTRF, por um profissional habilitado. Essa quantidade de mudas proposta baseia-se na reposição dupla para as espécies nativas, incluindo as mudas plantadas, e sabendo-se que no caso dos ipês, a reposição deve ser de 05 mudas de ipê amarelo para cada exemplar que for suprimido – totalizando 97 mudas - e na reposição simples, no caso dos eucaliptos – totalizando mais 36 mudas.
2. Apresentar anuência do proprietário, no caso o prefeito, em nome do Município, para a construção das redes de drenagem em sua propriedade, bem como da faixa de servidão (a qual ainda não foi apresentada a largura), conforme Registro matrícula nº 54.620, na **página 244 da pasta 2** do processo. Ressalta-se que as faixas de servidão das redes executadas devem ficar marcadas visualmente com marcos de concreto de 100 em 100 metros para auxiliar na manutenção, na proteção e evitar que qualquer obra ou plantio de árvores seja realizado nelas. **Prazo: 30(trinta) dias;**

3. Apresentar cópia do projeto de “as built” das redes de drenagem executadas dentro da área de terceiros: “as built” das redes e delimitação das respectivas faixas de servidão, **no prazo máximo de 90 dias após conclusão das obras, e até 180 dias da data de obtenção da licença ambiental.** O projeto deve apresentar como foi construída a rede, com todos os detalhes do projeto de drenagem, mostrando as interferências, os pv’s, as caixas, os degraus, as profundidades, etc, também dentro da área da ETE e da área do Município, contígua à área do loteamento, a qual foi doada pelo empreendedor, ver matrícula 54.620 na **página 244 da pasta 2** do processo;
4. Todo material lenhoso decorrente da supressão da vegetação deverá ser destinado à doação ou comercialização, **ficando vedado seu estoque e/ou depósito dentro da área da ETE;**
5. Sobre a área de bota-fora dos processos de escavação das obras de drenagem, caso haja, o solo residual deve ser devidamente destinado nos veículos de transporte coberto com lona ao local de bota-fora, externo à área da ETE, conforme declaração do empreendedor, **na página 171 da pasta 2** do processo, dando o destino correto do bota-fora, durante toda a etapa das obras. **Prazo: Durante toda a etapa das obras;**
6. Qualquer atividade ou operação que demande entrada e/ou saída de veículos contendo resíduos de obra ou outros resíduos gerados nas obras, que possam conter material solto como areia, brita, cascalho, entulho, restos de vegetação suprimida, lixo comum, outros, deve estar contido em caçamba com a parte onde se carrega os mesmos, coberta com lona para evitar espalhar material solto. **Prazo: durante toda a etapa das obras;**
7. Recuperação total do alambrado da área da ETE onde ele foi rompido para passagem das obras, bem como plantio dos samambaias-do-campo suprimidos. **Prazo máximo de 30 dias após conclusão das obras no**

trecho das divisas, ou seja, após passagem pela divisa, mesmo sem a conclusão das redes de drenagem, o alambrado deve ser repostado;

8. Apresentar o PTRF previsto para 03 anos para plantio de, no mínimo 133 mudas de árvores de espécies nativas em área demarcada pela administração da ETE, com Anotação de Responsabilidade Técnica, ART. **Prazo: 45 dias;**
9. Executar o PTRF e comprovar à SEMMA através de relatório técnico-fotográfico, tanto do momento plantio, quanto do monitoramento das mudas. **Prazo: Em conformidade com o cronograma apresentado à SEMMA junto ao PTRF, sendo que, os relatórios devem ser logo após o plantio e, em seguida, mostrando seu acompanhamento, anualmente;**
10. Realizar o plantio de 05 mudas de ipê amarelo para cada ipê suprimido catalogá-las, identificá-las na área da ETE e comprovar à SEMMA através de relatório técnico-fotográfico. **Prazo: Em conformidade com o cronograma apresentado à SEMMA junto ao PTRF, ressaltando-se que no caso das mudas de ipê amarelo, as mesmas deverão ter acompanhamento por profissional habilitado pelo prazo mínimo de 05 anos, com o monitoramento do seu desenvolvimento e o plantio de novas mudas para substituir aquelas que não se desenvolverem, conforme Lei Nº 20.308/2012, que declara o ipê amarelo de preservação permanente, de interesse comum e imune de corte, no Estado de Minas Gerais e entregar relatório técnico-fotográfico anual à SEMMA;**
11. Apresentar à SEMMA um projeto de plantio elaborado por um profissional habilitado para formação de uma “cortina verde” em toda a área contígua ao loteamento, que foi doada ao município, Setor 48, quadra 52 lote 1000, conforme matrícula 54.620, com inclusão de um cronograma de execução e monitoramento. **Prazo: 45 dias;**

12. Comprovar à SEMMA através de relatório técnico-fotográfico a realização do plantio das mudas para constituição de uma “cortina verde”, conforme condicionante acima. **Prazo: conforme o cronograma apresentado;**
13. Apresentar relatório técnico-fotográfico comprovando plantio de gramíneas no entorno dos dissipadores de energia, bem como da adoção de outras medidas de controle de erosão e assoreamento na APP. **Prazo: 90 dias após das obras;**
14. Como forma de preservação das espécies vegetais do local, apresentar relatório técnico-fotográfico que comprove que **somente as 52 árvores** adultas autorizadas foram suprimidas, mostrando nas fotos os exemplares plaquetadas. **Prazo: 90 dias após das obras;**
15. Para realização do plantio da cortina verde na quadra 52 do loteamento em área do Município, a mesma deve receber uma recuperação, tendo-se em vista que tem sido cacimba de retenção de água desde 2015. Apresentar projeto com ART de recuperação da área, o qual deve atestar que as medidas propostas sejam eficazes para drenar adequadamente o solo, e posteriormente recompô-lo, a fim de receber o plantio da “cortina-verde”, a ser também realizado pelo empreendedor. **Prazo: conforme o cronograma de plantio da “cortina verde” apresentado à SEMMA;**
16. Durante os processos de obras aqui pleiteados, caso ocorra afloramento de lençol freático ou ocorrência de solo hidromórfico nos trechos escavados, o fato deve ser imediatamente comunicado à SEMMA para apresentação das medidas a serem adotadas, as quais devem ser previamente autorizadas pelo Município, especificamente pelas secretarias pertinentes: Meio Ambiente e Urbanismo.

Poderá haver alteração da data estabelecida, em caráter de exceção, e, desde que, devidamente comprovado, em se tratando de motivo de força maior, caso fortuito ou culpa exclusiva de terceiros. A dita regularização deverá ocorrer de

acordo com as solicitações e metodologia adotadas pela SEMMA, atendendo a demanda ambiental existente no Município.

§1º - As solicitações deverão ser previamente comunicadas e alinhadas entre as partes devidamente formalizadas através de cronograma e apresentação de notas fiscais comprobatórias

§2º - Perfazendo o valor total da compensação ambiental, será feito termo de quitação da mesma a COMPROMISSARIA. Cabe salientar, que deverá ser apresentado, pelo COMPROMITENTE, relatório e memorial fotográfico comprobatório do fiel cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA 2ª – O não cumprimento dos prazos e obrigações assumidas no presente compromisso, por parte do Compromitente, implicará a imposição de multa diária no valor de R\$380,23 (trezentos e oitenta reais e vinte e três centavos) correspondente a 1 UFM limitada ao valor do compromisso avençado referente ao não cumprimento deste Termo de Compromisso. Este importe será revertido ao Fundo Municipal de Meio Ambiente de acordo com a Lei nº 4.885/2017, sem prejuízo do cumprimento da obrigação assumida.

CLÁUSULA 3ª—Este compromisso não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, fiscalização e monitoramento de qualquer órgão ambiental, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA 4ª – Este instrumento produzirá efeitos legais a partir de sua celebração e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85 e art. 784, inciso IX, do Código de Processo Civil.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento de compromisso.

Patrocínio-MG, 13 de novembro de 2018.

Caio Marcos Veloso
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Jardins Mônaco Patrocínio Empreendimento SPE LTDA
COMPROMITENTE